

OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA DINÂMICA DE FAMÍLIAS E NO COTIDIANO DE MULHERES EM SANTA CATARINA

Edilane Bertelli

Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski

Liliane Moser

Resumo: Este trabalho analisa os efeitos da pandemia de Covid-19 na dinâmica de famílias e no cotidiano de mulheres em decorrência do isolamento social, a partir de estudo exploratório realizado entre maio/ junho de 2020 com famílias residentes em Santa Catarina. Os dados de natureza quanti-qualitativa foram obtidos por meio de formulário online constituindo uma amostra não probabilística do tipo “bola de neve”, composta de 2.101 respondentes e abrangendo todas as mesorregiões do estado catarinense. Aborda-se inicialmente neste texto, as características sociodemográficas dos participantes e de suas famílias e na sequência alguns dos principais efeitos nas dinâmicas familiares revelados pelo estudo, tais como: a sobrecarga das mulheres com a realização de trabalho remunerado e não remunerado na esfera privada da casa, agora associado também ao acompanhamento das atividades escolares com filhos submetidos ao ensino remoto. Esse contexto evidencia o acirramento das desigualdades de gênero, a reprodução da divisão sexual do trabalho e a “reprivatização” do cuidado na medida em que serviços públicos, como creches e escolas tiveram o atendimento presencial suspensos pelas medidas de isolamento social.

Palavras-chave: Família. Gênero. Cuidado. Pandemia De Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus provocou em âmbito mundial impactos na vida da população alterando profundamente a sociabilidade, as relações de trabalho, as dinâmicas familiares, além de demandar um conjunto significativo de cuidados em saúde, outrora não imagináveis, por parte dos indivíduos, das famílias, de gestores públicos e privados.

A realidade produzida pela pandemia, conforme os diferentes contextos, acirrou em sociedades de capitalismo dependente as fragilidades dos sistemas de proteção social e evidenciou, ainda mais, tanto as desigualdades sociais quanto a necessidade de políticas públicas de saúde, de assistência social, de trabalho e renda, de habitação e saneamento, entre outras.

No contexto brasileiro os primeiros casos confirmados de contaminação pelo vírus Sars Cov-2 foram tornados públicos em fevereiro de 2020 e as primeiras mortes em meados de março, quando foram anunciadas medidas de enfrentamento pelos governos federal,

estaduais e municipais, em particular a necessidade do isolamento e o distanciamento social, que implicou o fechamento do comércio e de serviços, a interrupção de processos produtivos, a suspensão de atividades escolares presenciais, a restrição da mobilidade e do deslocamento territorial, mudanças no mundo do trabalho, por exemplo. Ao mesmo tempo, foram deliberadas a adoção de cuidados pessoais como a higiene das mãos, o uso de máscaras e álcool em gel e a restrição de convívio social.

Vale lembrar que essas medidas de enfrentamento a pandemia não foram adotadas a um só tempo e de maneira homogênea em todo o território brasileiro e, tampouco, aceitas consensualmente por determinados agentes governamentais, empresariais ou pela própria sociedade. Embates quanto a credibilidade dessas medidas de cuidados individuais e coletivos foram alimentados no cenário nacional, particularmente, pela postura do Presidente do país que, apoiado no discurso negacionista, minimizava os efeitos da Covid-19.

Nesse horizonte, pode-se observar uma espécie de duelo: a saúde versus a economia, a vida versus o trabalho – dicotomias e antagonismos, de longa data, constituintes da modernidade capitalista ocidental. Ao mesmo tempo, pode-se observar, reiteradamente, por parte de vários agentes políticos e sociais a remissão ao cuidado – de si e dos outros. Medidas de cuidado foram deliberadas e propagadas. Todavia, como diante das desigualdades sociais de classe, de gênero e étnico racial seriam possíveis de serem adotadas? Quais condições objetivas indivíduos e famílias dispunham e dispõem para tanto?

Embora, a priori, pudéssemos concordar com a ideia de que o contágio pelo coronavírus não escolhe classe social, gênero e raça, impossível tal concordância ao se considerar as condições concretas de prevenção quando se trata do isolamento social, e, não menos, de manutenção da renda familiar e de acesso aos serviços públicos de saúde – injustiças e desigualdades vividas pela classe trabalhadora brasileira, ainda que também diferenciadamente, conforme a consubstancialidade das relações sociais de classe, sexo e étnico-racial (KERGOAT, 2016).

Esse contexto instigou pesquisadoras do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Política Social - NISFAPS a caracterizar a organização e dinâmica social das famílias residentes em Santa Catarina em tempos de pandemia de COVID-19; conhecer os efeitos provocados pelo isolamento social na dinâmica familiar e nas situações de saúde, trabalho e renda, identificar o acesso das famílias a serviços e benefícios sociais

na pandemia e conhecer a percepção das famílias sobre as medidas de isolamento social adotadas pelo governo. Assim, em parceria com o Comitê SUAS/SC COVID-19 – Em Defesa da Vida, foi realizado estudo exploratório quanti-qualitativo, cujos dados foram coletados no período entre 05 de maio e 01 de junho de 2020, através de formulário adaptado à plataforma *Google Forms* e encaminhado pelas redes sociais, constituindo uma amostragem conhecida como “bola de neve” ou guiada pelo respondente – ou seja, amostragem não probabilística, haja vista que não foi dada aos componentes do universo amostral a mesma chance de serem selecionados, já que a coleta esteve circunscrita aos sujeitos de pesquisa com acesso à internet, redes sociais e endereços eletrônicos. O formulário foi composto por 48 questões, todas objetivas e algumas com múltiplas escolhas, voltadas a caracterizar o respondente, sua família e condição familiar, a situação de trabalho e renda, de saúde, acesso a benefícios e serviços e percepções sobre o isolamento social devido à pandemia de COVID-19.

Este trabalho tem como objetivo socializar parte dos resultados deste levantamento exploratório, com ênfase na caracterização dos respondentes e suas famílias, bem como os efeitos provocados pelo isolamento social nas dinâmicas familiares.

2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E DAS FAMÍLIAS

Participaram deste estudo 2.101 famílias, distribuídas nas seis mesorregiões do estado de Santa Catarina, com a predominância daquelas residentes na Grande Florianópolis (51,41%), seguidas pelas mesorregiões do Vale do Itajaí (16,99%), Oeste (16,18%), Norte (7,33%), Sul (4,95%) e Serrana (3,14%).

Houve participação significativamente maior de mulheres (83,25%) se comparada aos homens (16,75%) – aspecto que se repetirá em todas as mesorregiões catarinense. Quando se confrontam esses percentuais aos dados oficiais para Santa Catarina (Censo 2010, IBGE), em que a população se compõe de 50,38% do sexo feminino e 49,62% do sexo masculino, verifica-se na amostra uma sobrerrepresentação do sexo feminino.

Tabela 1. Distribuição da amostra por sexo conforme mesorregiões (SC)

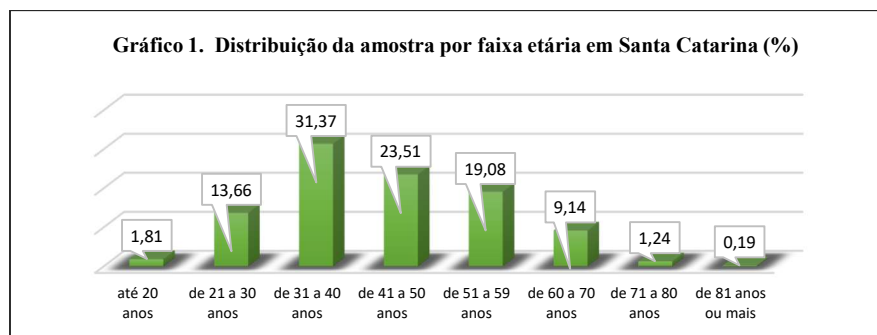
Região	Feminino	Masculino	Total
--------	----------	-----------	-------

	N	%	N	%	N	%
Grande Florianópolis	907	83,98	173	16,02	1080	51,41
Norte	120	77,92	34	22,08	154	7,33
Oeste	288	84,71	52	15,29	340	16,18
Serrana	48	72,73	18	27,27	66	3,14
Sul	90	86,54	14	13,46	104	4,95
Vale do Itajaí	296	82,91	61	17,09	357	16,99
Santa Catarina	1.749	83,25	352	16,75	2.101	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

O envio do formulário a partir da rede de contatos, pessoais e profissionais, das integrantes do Nisfaps, todas mulheres, constitui um dos motivos que justificam o grande número de respondentes do sexo feminino. Outro dado, vincula-se a predominância feminina entre os profissionais de Serviço Social e da Educação que, incluídos no levantamento, responderam o formulário e o repassaram adiante. Neste aspecto, entre os profissionais que compõe essa amostra, assistentes sociais (205) e professores (349) aparecem bem mais representados, somando 554 profissionais de um total de 1.603 dos respondentes com nível superior.

Quanto a faixa etária identifica-se que os adultos jovens com idade entre 21 a 40 anos, seguido de adultos entre 41 a 59 anos, foram os que de forma mais representativa participaram do estudo, totalizando 88% dos respondentes. Os idosos com idade igual ou superior a 60 anos, que configuram “grupo de risco” em decorrência da pandemia de Covid-19 também foram representados, totalizando (11%). Em sua maioria são mulheres, casadas, com filhos e que moram com familiares. A menor representatividade para Santa Catarina, na amostra, é observada nos extremos etários – 1,81% na faixa até 20 anos e 1,43% na faixa de 71 anos ou mais de idade.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

No que se refere a autoidentificação quanto seu pertencimento de cor/raça constatou-se a predominância de pessoas que se identificaram como branca (87,29%) seguidas por negra/parda (12,09%), com menor representação de pessoas auto identificadas como amarela (0,48%) e indígena (0,14%). Quando se compara esses dados aos dados oficiais da população catarinense verifica-se que a amostra expressa similaridade na proporcionalidade étnico-racial presente no estado, pois 80,20% são brancos e 19,20% são negros/pardos (PNADCA/IBGE, 2019).

De acordo com a Tabela 2, a amostra revela participação expressivamente maior de pessoas respondentes com grau de escolaridade superior completo (76,29%). Considerando os dados da PNADAC/IBGE (2019) identifica-se apenas 15,6% da população catarinense com esse nível de escolaridade indicando a sua significativa sobrerrepresentação na amostra. Aspecto que se justifica pela escolha metodológica de envio do formulário – enviesamento previsível pela forma como a amostra foi constituída (“bola de neve”).

Tabela 2. Distribuição da amostra por grau de escolaridade (SC)

Grau de escolaridade	N.	%
Fundamental incompleto	39	1,86
Fundamental completo	33	1,58
Médio incompleto	21	0,99
Médio completo	169	8,05

Superior incompleto	236	11,23
Superior completo	1603	76,29
Total	2101	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

A amostra caracteriza-se majoritariamente por pessoas casadas (44,22%), que somadas às uniões estáveis (21,61%) constituem 65,83% e evidenciam a predominância destas conjugalidades, inclusive nas mesorregiões do estado. Comparativamente aos dados de Santa Catarina, verifica-se similaridade no percentual do estado civil casado (40,28%).

Ainda, do ponto de vista da área de residência dos respondentes sua grande maioria vive no meio urbano (96,29%) e apenas 3,71% reside em áreas rurais – aspecto observado em todas as mesorregiões e que apresenta similaridade aos indicadores de Santa Catarina. Segundo o Censo 2010 (IBGE), 83,99% da população mora na área urbana e 16,01% na área rural.

Analisando as características das famílias que participaram do estudo, verifica-se que do total de 2.101 famílias, 69,44% possuem filhos e 30,56% não possuem. Do universo de 642 (30,56%) respondentes que indicaram não ter filho, embora a maioria (53,27%) seja de pessoas solteiras, observa-se significativo percentual de pessoas oficialmente casadas ou mesmo em união estável, que somadas representam 42,21% de famílias sem filho.

Nas famílias com filhos destacam-se, sucessivamente, aquelas com dois filhos (29,41%), um filho (27,27%) e três filhos (10,04%), as quais representam 66,72% (1.402) do total das famílias respondentes. Apenas 2,67% informaram ter quatro ou mais filhos. Dados esses que indicam a diminuição no tamanho das famílias e acompanham as tendências sociodemográficas verificadas nas últimas décadas no País. Em se tratando de enteados nas famílias, que possam indicar famílias recompostas, 240 famílias (11,42%) mencionaram essa condição.

Em relação as idades dos filhos e enteados, verifica-se a predominância daqueles com maior grau de dependência e demandas por cuidados, haja vista que 22,41% dos filhos/enteados estão na faixa etária de 0 a 6 anos e 29,83% na faixa de 7 a 14 anos, totalizando 52,24%. A presença de filhos, nestas faixas etárias, configura um fator

importante de análise, pois impacta de diferentes formas dimensões da vida familiar, quer as relacionadas aos afazeres domésticos, quer as relacionadas com o cuidado de filhos de menor idade e em idade escolar, quer relacionadas ao trabalho remunerado, em particular para as mulheres – tradicionalmente responsabilizadas pela criação e educação da prole. Aspecto que se acirra em tempos de pandemia, quando o tempo da e na escola migra para dentro da casa, do espaço privado, no domicílio.

Em se tratando de filhos/enteados com idades igual ou superior a 19 anos, sua presença foi indicada em 40,08% das famílias. Neste aspecto, cabe considerar a possibilidades desses filhos adultos não residirem sob o mesmo teto de seus pais, ou que seu sustento dependa destes, ainda que haja situações de convivência dessas gerações no mesmo domicílio. Ademais, vale lembrar que, das 1.459 famílias com filhos, 886 (60,73%) possuíam mais de um filho – sendo, por isso, indicadas pelas famílias mais de uma faixa etária –, enquanto 573 (39,27%) possuíam apenas um filho.

Tabela 3 - Distribuição dos filhos/enteados por faixas de idades (SC)

Faixas de idades	N.	%	
De 0 a 2 anos	144	6,85	22,41
De 2 a 4 anos	188	8,94	
De 5 a 6 anos	139	6,62	
De 7 a 8 anos	177	8,42	29,83
De 9 a 11 anos	236	11,23	
De 12 a 14 anos	214	10,18	
De 15 a 18 anos	256	12,18	12,18
De 19 a 22 anos	248	11,81	40,08
Mais de 22 anos	594	28,27	
Não se aplica	631	30,03	30,03

Percentual em relação ao total de respondentes (2.101), por se tratar de respostas relacionadas aos vários filhos/enteados, ultrapassa a soma de 100%.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

O cuidado com crianças e adolescentes, para além das mães, é realizado também pelas avós, ainda que seja menor em participação numérica, haja vista que, das 2.101 pessoas respondentes, 13,04% indicaram ter netos. Das famílias com netos, a maioria (86,46%) não reside no domicílio com os avós, o que não significa a ausência de cuidados. Das 37 famílias com netos que moram na mesma casa, em 12 (32,43%) dessas os avós são também responsáveis pelos cuidados. Assim, do universo pesquisado, os netos moram na residência que com avós em 1,76% das famílias e os avós são os cuidadores dos netos que residem no mesmo domicílio em 0,57% das famílias.

Todavia, quando não se considera o critério domicílio, o cuidado com netos foi citado cinquenta e cinco vezes, indicando que há famílias cujos netos não moram no mesmo domicílio, mas os avós são também cuidadores. Deste universo de avós que cuidam de netos, independentemente do local de moradia, 48 (87,27%) são mulheres e 07 (12,73%) são homens, e, quando comparados ao conjunto total das famílias respondentes (2.101), as avós cuidadoras de netos representam 2,28% e os avôs cuidadores de neto representam 0,33%.

Quanto ao número de pessoas no domicílio, verificou-se a predominância de famílias compostas de duas a quatro pessoas 80,36% (2 pessoas 28,37%, 3 pessoas 30,14% e 4 pessoas 21,85%); seguidas pelos domicílios unipessoais (10,71%), por famílias com 5 integrantes (6,33%) e por aquelas entre seis ou mais pessoas (2,60%). O destaque de famílias menores confirma tendências observadas em estudos sociodemográficos e indicadores sociais sobre a população brasileira.

No universo de 225 (10,71%) famílias unipessoais, vê-se que predominam as pessoas solteiras, seguidas pelas separadas ou divorciadas. Entretanto, também se observa a presença de pessoas casadas ou em união estável, indicando que o casal não habita o mesmo domicílio. Entre as 13 pessoas viúvas que moram sozinhas verifica-se a absoluta predominância de mulheres, pois 12 delas são do sexo feminino e apenas 01 do sexo masculino.

Alguns fatores podem ser elencados como as causas diretas da diminuição do tamanho do grupo familiar em todo o mundo ocidentalizado, incluindo o Brasil, entre eles

destaca-se a queda da fecundidade, da mortalidade e o aumento da expectativa de vida. É visível no país a diminuição do número médio de pessoas por unidade domiciliar. A família brasileira que se compunha por, em média, cinco pessoas em 1960, foi se reduzindo até atingir 4,34 pessoas em 1981, 4,2 pessoas em 1987, 3,87 pessoas em 1990, e 3,1 pessoas em 2010 (VILLA, 2012).

Em síntese, as principais características dos respondentes expressam significativa representação feminina (83,24%), forte presença de respondentes de cor branca (87,29%), com nível superior completo ou incompleto (87,52%), estado civil casado (44,22%), residentes em áreas urbanas (96,29%), na faixa etária economicamente produtiva (87,6%). Quanto as famílias o estudo revelou a predominância daquelas com prole (69,44%), com um ou dois filhos (56,68%), com idade inferior a 14 anos (52,24%) evidenciando tanto um maior grau de dependência e demandas por cuidados, quanto a redução no tamanho das famílias.

3 EFEITOS DO ISOLAMENTO NAS DINÂMICAS FAMILIARES

As medidas de isolamento social diante da pandemia de Covid-19 produziram efeitos de toda ordem, todavia, para o objetivo em tela, considerando que a maioria dos respondentes são do sexo feminino e ao mesmo tempo trabalhadoras e mães, direcionamos a análise dos resultados para as desigualdades sociais de sexo/gênero na família e, porquanto, na sociedade, a partir de questões relativas à educação dos filhos e ao acúmulo do trabalho remunerado e não remunerado sob o mesmo teto – “tudo junto e misturado”, porém com recursos desiguais decorrentes dos estruturantes de gênero, raça e classe social.

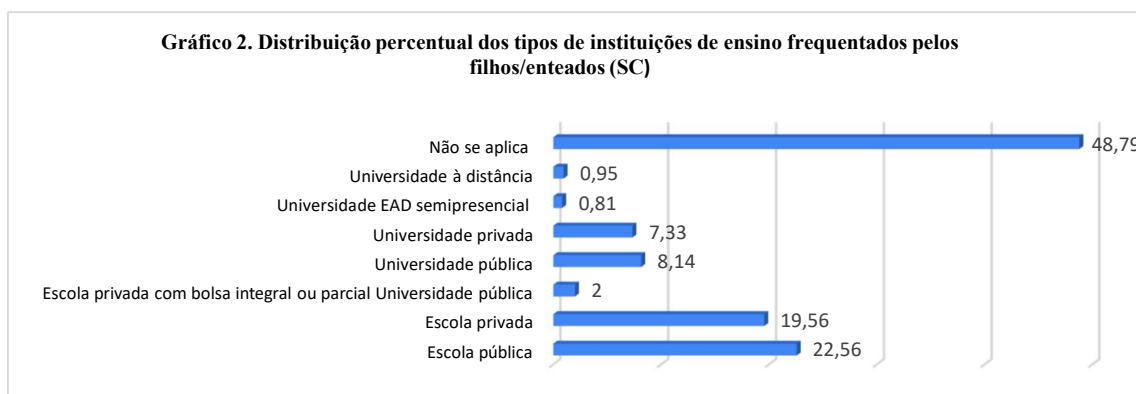
Dos efeitos da pandemia nas dinâmicas familiares um se refere ao trabalho remunerado, considerando-se que a maioria (69,01%) estava empregada ou, sob outro parâmetro, que a maioria realizava alguma atividade remunerada (78%), observou-se que também a maioria continuou trabalhando em tempos de isolamento social: 41,60% na forma remota por meio de home-office, 33,46% trabalhou como antes e 24,94% não conseguiu trabalhar.

Destaca-se, portanto, a mudança do lugar do trabalho remunerado realizado na esfera pública, a casa se tornou o lugar privilegiado, seja porque possibilita a continuidade do trabalho sem maiores prejuízos na renda familiar, seja porque possibilita o isolamento social. Todavia implicou para as famílias a adequação dos espaços da casa para trabalhar e estudar, e, mais ainda para as mulheres, maioria neste estudo, implicou a árdua responsabilidade de

“conciliar” o trabalho home-office, com o cuidado da casa e dos filhos – em particular ao se considerar o fechamento de determinados serviços como, por exemplo, escolas e universidades, cujas as atividades escolares dos filhos também migraram para o interior dos lares.

De imediato, as medidas de isolamento implicaram a suspensão das aulas presenciais para todas as faixas etárias e níveis de formação educacional. Mas não veio sozinha. Transferiu-se para a esfera dita privada, da casa e da família, também o espaço e o tempo da escola. Como ainda pulsam hierarquias e desigualdades na divisão sexual do trabalho, os cuidados com e dos filhos, com e da casa pesaram ainda mais para as mulheres.

Entre as famílias catarinenses com filhos que responderam ao levantamento, número significativo delas possuem filhos/enteados em idade escolar, totalizando 64,42%. Analisando o tipo de instituição de ensino frequentado pelas crianças e adolescentes, constata-se uma distribuição similar e/ou equilibrada entre escolas públicas (474) e escolas privadas (448). A mesma similaridade é identificada entre os estudantes que frequentam universidades públicas (171) e privadas (154), em menor número estão aqueles que frequentam o ensino superior em instituições que ofertam cursos na modalidade não presencial (37).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Neste contexto de pandemia a maioria (42,04%) dos filhos/enteados continuou os estudos a partir de casa, por meio de plataformas de ensino remoto disponibilizados tantos pelas escolas da rede privada e pública (estadual e municipal), como pelas universidades públicas e privadas, além daqueles que estudavam em casa a partir de apostilas disponibilizadas pelas escolas (7,8%) e dos que não estavam estudando (12,4%).

Quadro 1. Situação dos filhos/enteados em relação aos estudos durante a pandemia (SC)	N.	%
Estudando em casa com apostilas dadas pela escola	163	7,8
Estudando em casa via plataforma da rede estadual de educação	200	9,5
Estudando em casa via portal educacional da rede municipal de ensino	177	8,4
Estudando em casa via plataformas das escolas/universidades privadas	514	24,5
Não está estudando	261	12,4
Não se aplica	951	45,3

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Diversas foram as dificuldades assinaladas pelas famílias para acompanhar as atividades escolares das crianças e adolescentes. Entre aquelas apontadas, destacam-se as relacionadas a criação de rotina de estudo com os filhos/enteados, seguida da dificuldade em seguir as orientações/ordens paternas na ausência dos professores e a dificuldade de entendimento das crianças e adolescentes do conteúdo ensinado de forma online. Com menor incidência aparece a indicação da falta de conhecimento dos pais sobre os conteúdos escolares e a consequente impossibilidade de auxiliar na realização das tarefas solicitadas pela escola. A ausência de equipamentos de informática (computador/notebook) e o não acesso a rede de internet também foram apontados como dificuldades pelas famílias, ainda que em menor número.

Quadro 2. Situações vivenciadas pelas famílias em relação a educação dos filhos/enteados decorrente do isolamento social e ensino remoto na pandemia (SC)	N.	%
Não tenho computador/notebook em casa	55	2,62
Não possuo internet para acesso às atividades online	12	0,57
Criar rotina de estudo com os filhos/enteados	489	23,27
Falta de conhecimento dos conteúdos enviados pela escola	79	3,76
Dificuldade dos filhos aceitar as orientações dos pais na ausência dos professores	225	10,71

Dificuldade de entendimento dos filhos sobre os conteúdos ensinados online	220	10,47
Não se aplica	1371	65,25

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

O acompanhamento escolar dos filhos/enteados evidenciou a sobrecarga familiar provocada pela educação não presencial que alterou rotinas e aumentou a demanda de trabalho de cuidado dos pais e responsáveis no espaço doméstico. Contudo, considerando a tradicional divisão sexual do trabalho sabe-se que a sobrecarga às mulheres é superior quando se refere ao cuidado e educação dos filhos.

Observou-se também que a maior dificuldade das famílias representadas por mulheres de baixíssima renda (até 1 SM) foi o entendimento dos filhos sobre os conteúdos ensinados online (18,8%). Correlato a isso, a falta de conhecimento dos conteúdos enviados pela escola também está mais presente nas famílias de baixa renda e essa queixa diminui à medida que a renda aumenta. Reclamação geral a todas as faixas de renda é a dificuldade em criar rotina de estudo com os filhos/enteados. A necessidade de ter computador ou notebook em casa, para as aulas virtuais, cai à medida que aumenta a renda. Entre as famílias representadas por homens, as dificuldades mais significativas foram criar rotina de estudo com os filhos/enteados (9,97 %) e o entendimento dos filhos sobre os conteúdos ensinados online (4,50 %).

Outro efeito destacado pelas famílias em virtude do isolamento social refere-se ao aumento das atividades desempenhadas na esfera doméstica. Entre as mulheres aparecem, principalmente e com alta incidência, atividades relacionadas aos cuidados com a casa, necessários ao bem estar de pessoas, como cozinhar e lavar louças (92,85%), limpar a casa (91,02%), lavar e passar roupas (73,53%) – seguidas pelo trabalho remoto (58,72%) para metade delas aproximadamente. Entre os homens aparecem atividades como cozinhar e lavar louça (72,44%) – todavia, em menor proporção se comparadas as mulheres –, seguidas pelo trabalho remoto (64,21%), limpar a casa (61,93%), realizar pequenos concertos em casa (57,10%).

Quadro 3. Proporcionalidade da distribuição de atividades realizadas em casa durante o isolamento social conforme os totais de mulheres e de homens (SC)

Atividades	Feminino		Masculino	
	N.	%	N.	%
Cozinhar e lavar louças	1624	92,85	255	72,44
Limpar a casa	1592	91,02	218	61,93
Lavar e passar roupas	1286	73,53	128	36,36
Trabalho remoto (home office)	1027	58,72	226	64,21
Atividades físicas e de lazer	810	46,31	188	53,41
Fazer pequenos consertos na casa	688	39,34	201	57,10
Brincar com os filhos	615	35,16	106	30,11
Ajudar os filhos com tarefas da escola	556	31,79	81	23,01
Fazer trabalhos manuais	521	29,79	114	32,39
Costurar para a família	195	11,15	13	3,69
Cuidar de familiar idoso	183	10,46	21	5,96
Cuidar de idoso ou pessoa c/ deficiência não morador da casa	106	6,06	09	2,56
Cuidar de familiar com deficiência	29	1,66	06	1,71
Total	1749	100,00	352	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Depreende-se que, se proporcionalmente os homens se envolveram menos com o trabalho doméstico e mais com o trabalho remoto remunerado, alguma pessoa do sexo feminino realizou o trabalho de cuidados com a casa e para as pessoas da casa, reiterando a tradicional divisão sexual do trabalho. Por outro ângulo, os dados apontam a participação masculina nessas atividades domésticas de cuidados, que noutros tempos seriam inexistentes ou inexpressivas. Todavia, se os homens não estão alheios a essas atividades, estudos sobre a realização de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas indicam a permanência da tendência de que as mulheres gastam mais tempo. Segundo o IBGE, em 2018, “a quantidade de horas semanais gastas pelas mulheres (21,3 horas) nessas atividades eram, em média, quase o dobro das gastas pelos homens (10,9 horas)”. Ademais, “mesmo em situações

ocupacionais iguais, as mulheres dedicavam mais horas a afazeres domésticos e cuidado de pessoas do que os homens. Com isso, elas acabaram tendo menos tempo disponível para o trabalho remunerado” (IBGE, 2019).

Ainda, do ponto de vista das dificuldades enfrentadas pelas famílias no cotidiano, predominaram dificuldades emocionais, diminuição da renda familiar, restrição de convívio com familiares, seguido da realização de atividades domésticas, dificuldades no pagamento de contas básicas e aquelas relacionadas com o bem-estar emocional dos filhos em virtude do isolamento, bem como, auxiliá-los nas atividades escolares. Ao mesmo tempo, ainda que com menor incidência, aparece dificuldades em suprir necessidades básicas de alimentação, seguido de conflitos familiares (conjugais, entre pais e filhos, entre irmãos), manutenção do pagamento de mensalidades escolares e realizar cuidado de pessoas idosas e com deficiência.

Quadro 4. Dificuldades enfrentadas no cotidiano do isolamento que mais se aproximam/aproximaram de sua realidade (SC)		
Dificuldades	N	%
Dificuldades emocionais	1165	55,4
Diminuição da renda familiar	753	35,8
Diminuição do convívio familiar com filhos e netos que moram em outro lugar	593	28,2
Realizar as atividades domésticas	461	21,9
Pagar contas básicas (água, luz, gás, internet, aluguel, financiamentos, empréstimos)	424	20,2
Dificuldades das crianças e adolescentes em lidar com o isolamento social	399	19,0
Ajudar os filhos com as atividades da escola	393	18,7
Comprar e garantir itens básicos de alimentação	350	16,7
Aumento de conflito entre o casal	286	13,6
Aumento dos conflitos entre pais e filhos pela falta de rotina escolar	207	9,9
Aumento de conflitos entre os irmãos	163	7,8

Pagar mensalidades escolares (escola privada)	151	7,2
Realizar as atividades de cuidado de idosos ou de pessoas com deficiência	88	4,2
Seguir as orientações sanitárias e de higiene por falta de condições (falta de água, sabão, álcool gel, moradia pequena)	78	3,7
Divórcio/Separação conjugal	20	1,0
Outros	160	7,6
Total	2101	100,00

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2020.

Como vimos as medidas de isolamento social ocasionaram uma série de impactos na rotina da população, afetando de diferentes maneiras as atividades de trabalho, estudo, afazeres domésticos, entre outros. Além disso, as famílias indicaram como enfrentaram as restrições provocadas pelo isolamento, no período de realização do estudo, em particular se considerarmos que a maioria (68,90%) das famílias estava a mais de um mês em isolamento social. Para 51,74% das famílias foi muito ou relativamente fácil lidar com as limitações impostas pela realidade, ao passo que para 48,26% das famílias estava sendo muito ou relativamente difícil lidar com as limitações.

Importa destacar o perfil das famílias respondentes, que abrangeu número significativo de servidores públicos concursados (quer da esfera municipal, estadual ou federal) representando 34,75% dos vínculos de trabalho dos respondentes. Estes trabalhadores tiveram como impacto mais direto a necessidade de exercer suas atividades laborais de forma remota, contudo, mantiveram seus vínculos empregatícios e sua remuneração garantindo segurança e bem estar em níveis melhores se comparados a outras categoriais profissionais. Este dado justifica uma pequena margem de respondentes que indicaram menor escala de dificuldades em lidar com as restrições provocadas pelo isolamento social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, que no Brasil já dura aproximadamente oito meses, tanto a mídia como estudos acadêmicos (SOF, 2020) tem destacado que os efeitos da pandemia tem sido

mais drasticamente sentido pelas mulheres, acirrando as desigualdades de gênero expressas pela sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado de pessoas, pelo aumento da violência doméstica e pela diminuição do acesso a serviços públicos.

O isolamento social considerado medida efetiva de prevenção e controle de contágio do novo coronavírus, ao mesmo tempo que provocou impactos no mundo do trabalho e nas dinâmicas familiares, pôs em evidência a importância do cuidado e de reconhecê-lo como um trabalho, uma necessidade vital de todos, cuja responsabilidade não pode ser reduzida a esfera privada da família e tampouco ao trabalho não remunerado de mulheres no âmbito da reprodução social. Nesse sentido requer que seja assumido como uma demanda urgente na agenda pública do Estado, posto que é fundamental para a vida humana.

REFERÊNCIAS

IBGE. Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens. **Agencia IBGE Notícias**, 26/04/2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa>; acessado em outubro de 2020.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, A.R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M.R. (orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

NISFAPS. **Projeto do levantamento de dados: Os efeitos da pandemia de Covid-19 nas famílias residentes em Santa Catarina**. DSS, CNM, PPGSS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

SOF. Sempreviva Organização Feminista. **Pesquisa Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>; acessado em setembro de 2020.

VILLA, Simone Barbosa. Os formatos familiares contemporâneos: transformações demográficas. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v.4, n.12, p. 02-26, dez. 2012.